

Votação da anistia é novamente adiada

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte adiou novamente ontem a votação da anistia da correção monetária para as dívidas dos mini, pequenos e médios agricultores e pequenos e microempresários urbanos. A votação só deverá ocorrer na quarta-feira da semana que vem, segundo os autores da fusão de emendas que tratam do assunto —deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG) e senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). Eles querem assegurar que a votação ocorra com o plenário cheio.

Os três parlamentares fizeram tudo para que a anistia fosse votada na sessão de ontem, mas o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, encerrou a sessão às 18h55, atendendo requerimento encaminhado à Mesa pelos líderes de todos os partidos. "Fomos traídos pelas lideranças", bradava Mansueto de Lavor. Segundo ele, os líderes haviam se comprometido a votar ontem a proposta, havendo ou não acordo.

Várias reuniões foram realizadas ontem, na tentativa de se chegar a um acordo. Às 17h25, Ziza Valadares anunciou no plenário que o acordo havia sido feito, mas foi contestado em seguida pelo líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), que defende os interesses do governo. Desde o início da sessão, às 14h30, vários parlamentares pediam a palavra para defender a votação ou o adiamento. As galerias estavam repletas de ruidosos microempresários e agricultores. Após o adiamento, eles alternavam vaias com gritos de "queremos trabalhar", "abaixo a agiotagem" e "Caiado, Caiado" (Ronaldo Caiado, presidente da Uni-



A sessão da Constituinte foi encerrada a pedido das lideranças partidárias

ão Democrática Ruralista, que faz lobby pela anistia).

A sessão de ontem foi tumultuada porque os autores da fusão de emendas estenderam a anistia às cooperativas agrícolas e às entidades filantrópicas sem fins lucrativos. "Até o Roberto Marinho —presidente das Organizações Globo— será anistiado", protestou o líder do PCB, Roberto Freire (PE). Os autores concordaram em retirar as duas inovações, mas as lideranças dos partidos afirmaram que queriam discutir com calma o novo texto da fusão.

Pela nova proposta, será anistiada a correção monetária das dívidas contraídas por micros e pequenos empresários e minis, pequenos e médios agricultores no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de julho de 87, conforme proposta original. A proposta foi encaminhada à Mesa logo após o início da sessão de ontem, tendo resultado das negociações entre os autores e representantes de todos os partidos, indicados pelas respectivas lideranças.

Tasso Jereissati

O governador do Ceará, Tasso

Jereissati, disse ontem, após encontro com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, que não "é sensata" a proposta em discussão no Congresso constituinte, de anistiar a cobrança da correção monetária dos empréstimos obtidos por médios, pequenos e microempresários e pequenos agricultores durante a vigência do Plano Cruzado. Para o governador, deve ser encontrada uma fórmula "mais amena" que não desequilibre o sistema financeiro, principalmente em relação aos bancos oficiais. Afirmou que "qualquer repercussão acaba no contribuinte".